



COMISSÃO EUROPEIA

*Bruxelas, 18.9.2018
C(2018) 5992 final*

Senhora Presidente,

A Comissão gostaria de agradecer à Assembleia da República o seu parecer sobre a Comunicação conjunta «Melhorar a mobilidade militar na União Europeia» {JOIN(2017) 41 final}.

Como foi corretamente salientado pela Assembleia da República, o objetivo da comunicação conjunta é estabelecer um processo que tire pleno partido das sinergias civis/militares para agilizar a mobilidade militar — tanto no interior das nossas fronteiras como para permitir uma rápida mobilização de operações militares no estrangeiro. Identifica os principais domínios em que a União Europeia pode agir para melhorar a mobilidade militar, nomeadamente a dupla utilização das infraestruturas da Rede Transeuropeia de Transportes e o correspondente investimento, as regras aduaneiras, as questões regulamentares e processuais (por exemplo, o transporte de mercadorias perigosas) e a cooperação na luta contra as ameaças híbridas.

A Comissão gostaria de informar a Assembleia da República de que o Plano de Ação para a Mobilidade Militar, que foi anunciado na comunicação conjunta, foi apresentado pela Comissão e pela Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança em 28 de março de 2018. Além disso, em 26 de junho de 2018, o Conselho dos Negócios Estrangeiros adotou conclusões positivas sobre o Plano de Ação e aprovou a primeira parte geral das necessidades militares aí referidas. O Conselho comunicará à Comissão os requisitos de desempenho técnico pormenorizados e a rede geográfica antes do final de setembro de 2018.

Nesta base, a Comissão confirma que, até 2019, os seus serviços vão identificar as partes da rede transeuropeia de transportes adequadas para o transporte militar, incluindo as melhorias necessárias para as infraestruturas existentes. Por exemplo, reforçar os parâmetros de peso de uma ponte integrada na rede transeuropeia de transportes pode igualmente beneficiar as condições de transporte para os veículos

*Exm.ª Sr.ª Dr.ª Regina BASTOS
Presidente da Comissão de
Assuntos Europeus
Palácio de S. Bento
P – 1249-068 LISBOA*

*C/C Sua Excelência o Presidente da
Assembleia da República
Dr. Eduardo FERRO RODRIGUES
Palácio de S. Bento
P – 1249-068 LISBOA*

pesados de mercadorias. Aumentar a superfície de um terminal multimodal poderia servir igualmente necessidades de carácter comercial.

Além disso, a Comissão chama a atenção da Assembleia da República para o facto de a sua proposta respeitante ao próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 incluir, como parte do Mecanismo Interligar a Europa, um orçamento de 6,5 mil milhões de EUR para a mobilidade militar destinados a projetos de transportes de dupla utilização civil e militar na Rede Transeuropeia de Transportes. Se esse orçamento for aprovado, a Comissão, com base em programas de trabalho específicos que identificam os requisitos aplicáveis definidos no contexto do Plano de Ação, a partir de 2021, irá preparar os convites à apresentação de propostas com base nos critérios destinados a assegurar a dupla utilização. As partes interessadas poderão apresentar propostas neste contexto, com o aval das autoridades nacionais competentes. A seleção será aprovada de acordo com os procedimentos do Mecanismo Interligar a Europa.

A Comissão gostaria igualmente de sublinhar que o Plano de Ação para a Mobilidade Militar e a componente de mobilidade militar do Mecanismo Interligar a Europa apoiarão os Estados-Membros no pleno respeito dos processos de decisão nacionais e que os Estados-Membros têm a palavra final na definição das suas necessidades e na tomada de decisões nessa base. Os Estados-Membros não são obrigados a apresentar uma proposta de apoio financeiro para a criação ou modernização de infraestruturas de transportes para dupla utilização e as informações classificadas serão devidamente protegidas.

A Comissão toma nota da opinião expressa de que a comunicação revela uma mudança das prioridades para a segurança e a defesa, conduzindo a uma militarização que promoveria a guerra e as crises humanitárias. A Comissão não está de acordo com esta opinião e recorda que a mobilidade militar é também um pré-requisito para a realização de missões fora da União destinadas a assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. Além disso, observa que os investimentos em infraestruturas de dupla utilização das redes transeuropeias de transportes serão igualmente benéficos para fins civis, para além de facilitarem a mobilidade militar.

A Comissão espera que os esclarecimentos fornecidos na presente resposta vão ao encontro das questões suscitadas pela Assembleia da República e conta poder prosseguir o diálogo político no futuro.

Com os melhores cumprimentos,



*Frans Timmermans
Primeiro Vice-Presidente*



*Violeta Bulc
Membro da Comissão*